

ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS DE MORADORES JOVENS DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL AMANÃ

Resultado de investigação finalizada

GT 22- Sociologia da Infância e da Juventude

Danna Ríssia Silva da Silva, estudante de Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará,
UFPA/Brasil

Edila Arnaud Ferreira Moura, Professora da Pós-graduação em Ciências Sociais, PPGCS, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas, IFCH. UFPA/Brasil

Ana Claudeise Silva do Nascimento, pesquisadora do Instituto de Desenvolvimento Sustentável
Mamirauá, IDSM/ Brasil

Resumo

Análise de aspectos sociodemográficos da população de moradores jovens, 15 a 24 anos de idade, moradores de 54 pequenos agrupamentos populacionais ribeirinhos da Amazônia brasileira, em território de unidade de conservação – Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (RDSA), estado do Amazonas, Brasil. O estudo compara os dados demográficos de 2006 (n= 516) com dados de 2011 (n=417) em relação à composição por sexo e idade, níveis de escolarização, estrutura domiciliar, religião e comportamento migratório. O estudo também apresenta uma breve descrição sobre as atividades desses jovens participantes de uma forma de organização social estruturada no uso comum de recursos naturais.

Palavras-chave: Jovens, populações rurais, sociodemografia

1-A sociodemografia dos jovens

Um dos fatos marcantes na demografia brasileira da última década foi o extraordinário crescimento da população jovem. Segundo observação dos demógrafos, este grupo etário jamais foi ou será no futuro, desde que não se revertam as tendências demográficas, tão numeroso como é hoje em termos absolutos (IPEA,2013). Segundo dados do último censo 2011, o número aproximou-se de 50 milhões, correspondendo a pouco mais de 25% do total da população (IBGE). Essa grande expressão quantitativa coloca o tema com grande relevância sociológica para o entendimento das questões sociais relativas ao presente e futuro dessas populações. A questão expressa significados diferenciados entre as áreas rurais e urbanas.

Ao conceituar juventude, a autora Maria de Nazaré B. Wanderley afirma que: “Juventude corresponde a um momento no ciclo da vida, caracterizado como um período de transição entre a infância e a idade adulta. Culturalmente determinada, a demarcação desta etapa da vida é sempre imprecisa, sendo referida ao fim dos estudos, ao início da vida profissional, à saída da casa paterna ou à constituição de uma nova família ou, ainda simplesmente a uma faixa etária.” (WANDERLEY, 2007. p. 22).

Assegurar o desenvolvimento do jovem requer um conjunto de estratégias que garantam as relações sociais, materiais e simbólicas, no acompanhamento do atendimento às demandas específicas dessa fase da vida considerando a sua formação para a vida adulta. Nos contextos rurais, em especial nas situações de organização social de características relacionadas ao campesinato, essas condições estão relacionadas aos processos de socialização para assumir as responsabilidades com o trabalho familiar.

A recente ampliação das políticas sociais para as áreas rurais mais interioranas da Amazônia, refletidas nas propostas de desenvolvimento sustentável apresentam um cenário de novas possibilidades a esses jovens rurais.

Estudo é relativo às características sociodemográficas de pequenos agrupamentos populacionais situados no interior da floresta amazônica, em uma unidade de conservação de uso sustentável – Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, estado do Amazonas, Brasil. Para o estudo optou-se pela conceituação de jovens acompanhando a orientação da Organização Mundial de Saúde, que considera jovens aqueles situados na faixa etária de 15 a 24 anos. Consideramos esta faixa adequada ao estudo, uma vez que, nas organizações sociais camponesas, como podem ser também identificados esses grupos do estudo, a formação da família e a conseqüente responsabilidade de assumir economicamente a sua família, ocorre, em média, a partir dos 21 anos de idade.

Este artigo tem por finalidade apresentar as principais características e mudanças na composição sociodemográfica desse grupo etário relativas ao período de 2006 a 2011, que servirão de base empírica para consequentes estudos qualitativos sobre as formas de participação social desses jovens em relação aos projetos de desenvolvimento sustentável, com manejo sustentado dos recursos naturais, implantados nessa área a partir de 1998.

2. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (RDSA), criada em 1998 pelo Governo do Estado do Amazonas, é uma das unidades de conservação localizadas na Amazônia brasileira. Compreende uma extensão territorial de 2.350.000 hectares, contígua à Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (Mapas 1 e 2). Seu território abrange parte dos Municípios de Maraã, Coari, Codajás e Barcelos, todos pertencentes ao estado do Amazonas, Brasil.

Conforme a legislação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, SNUC, criada no ano 2000, que regula sobre os territórios constituídos como unidades de conservação ambiental, a categoria reserva de desenvolvimento sustentável assegura a permanência da população local, ou seja, aquelas populações que tradicionalmente ocupam esse território, na área determinada como área de proteção ambiental. Esta população, na condição de moradores de uma unidade de conservação de uso sustentável, é envolvida em diversas atividades relativas ao manejo sustentável dos recursos naturais e participa dos vários processos decisórios relativos à gestão do território com variadas formas de representatividade nas ações coletivas em curso no cenário local e nacional.

A população é distribuída em pequenos agrupamentos populacionais, denominados de localidades, que podem ser diferenciadas, conforme o nível de sua organização social em sítios ou comunidades. Essas localidades têm em média oito domicílios, variando de 1 a 53, que se distribuem ao longo dos rios, lagos e paranás – forma característica de ocupação no interior da floresta amazônica – em toda a extensão desse território. Destas localidades 56 (65%) estão em área de terra firme e 26 (30%) em áreas de várzea e 4 (5%) em áreas mistas (Nascimento, et al, 2011). As áreas de várzea tem a característica do fenômeno dos pulsos de inundação, com um calendário anual de períodos de enchente, cheia, vazante e seca que imprimem uma sazonalidade nas atividades produtivas e no modo de vida local. Tanto os moradores das áreas de várzea, terra firme ou áreas mistas, dependem permanentemente do fluxo e do nível das águas para se locomoverem fluvialmente entre as localidades e em direção às áreas urbanas tendo portanto uma mobilidade restrita. Em grande parte das localidades o trajeto às áreas urbanas é feito em percurso que levam em média oito horas.

Esses pequenos agrupamentos populacionais são organizados em setores políticos onde participam tanto as lideranças locais das localidades situadas dentro da reserva ou como daquelas situadas em sua área de entorno. Essa forma de organização em setores é originária das ações de evangelização da Igreja Católica, Prelazia de Tefé, na região do Médio Solimões, nas décadas de 1970 a 80. Nessa

forma de organização, cada setor tem seus representantes políticos que assumem responsabilidades de conciliar situações de conflitos sociais, principalmente em relação ao uso dos recursos naturais. Nessa forma de organização, jovens lideranças recebem capacitação para atuar como representantes das suas comunidades e como “animadores” do setor, incentivando tomadas de decisões que fortaleçam os interesses locais, que se estruturam na reprodução de um sistema de uso comum dos recursos naturais. Em toda a extensão territorial da RDSA, em 2011, foram contabilizados 3.652 moradores, menos de 1 habitante por km², distribuídos em 86 pequenas localidades, organizadas em sete setores políticos. O setor Amanã é o que possui a maior concentração de população e o maior número de localidades, com uma população de 1.385 pessoas e 36 localidades.

Alencar (2007), em estudo realizado sobre as formas de ocupação do território por essas populações, identificou que os moradores desses lugares fazem uso dos dois tipos ambientes, várzea e terra firme, em alguns casos escolhendo um deles para residência e o outro para fazer roças, criar animais, como gado e outros pequenos animais.

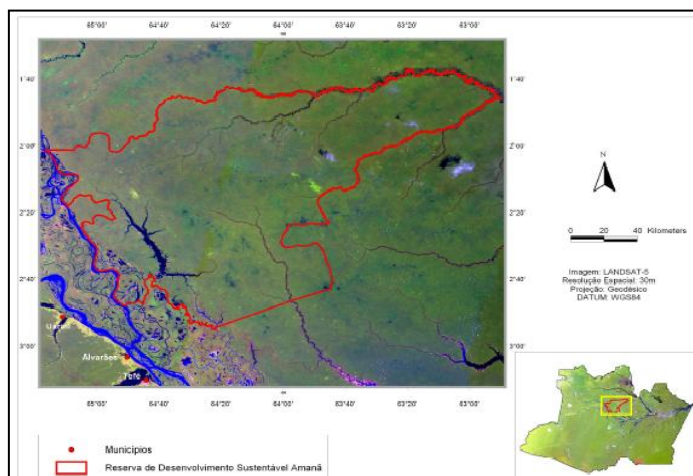
A produção, oriunda da pesca ou da agricultura, é escoada com muita dificuldade para os centros urbanos mais próximos (cerca de oito horas de barco) como Tefé ou Maraã, de forma individual ou coletiva, quando grupos de famílias resolvem dividir as despesas da viagem, pois, não há oferta de serviço público para o escoamento da produção.

A oferta de serviços públicos na área de educação e saúde é intermitente e precária, principalmente a educação acima da 4^a. série do ensino fundamental. Em toda a reserva Amanã existem 44 escolas municipais de ensino fundamental, com nove polos de educação que também ofertam ensino médio. Lembramos que são 86 localidades a serem atendidas. Também em toda extensão da RDSA somente dois postos de saúde, todos funcionando precariamente, sem atuação de médicos ou enfermeiros, apenas com um técnico de saúde que atende aos casos mais simples e encaminhando os mais graves para as cidades de Maraã ou Tefé (Nascimento, 2011).

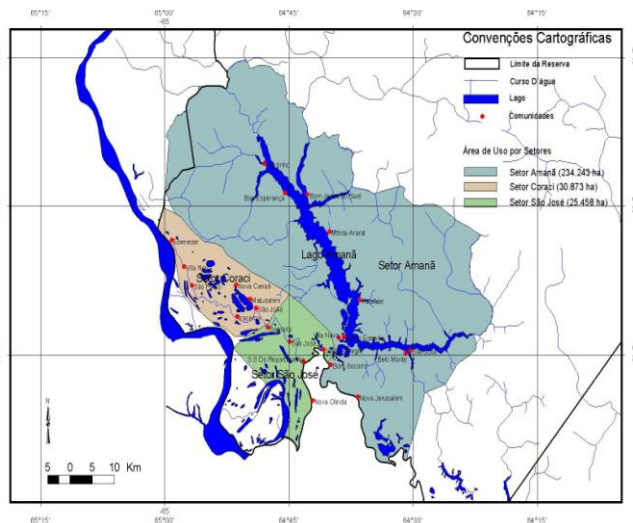
Deste total de moradores, em 2011, 18% (667) estão na faixa de 15 a 24 anos (Nascimento, 2011). No estado do Amazonas, em 2010, a população jovem corresponde a 1.104.855 pessoas, 4% do total do Estado, segundo dados do IBGE, tendo apresentado um crescimento de 14,5% em relação à população jovem no ano de 2000 (Ruzany, Moura e Meireles, 2012).

Para dinamizar as estratégias relacionadas à conservação ambiental com investimentos também em melhorias das condições de vida da população local foi estabelecida, em 1998, uma área experimental com 290.574 ha que agrupa três setores de organização política Amanã, Coraci e São José e 54 pequenos agrupamentos populacionais. Em 2006, moravam nesta área 2.504 pessoas dentre elas 516 (21%) na faixa de 15 a 24 anos sendo estes 53% homens (273) e mulheres 47% (243). Em 2011, nesta mesma área a população era de 2.354 pessoas, sendo que a população jovem corresponde a 417 (18%) pessoas, 56% (234) são do sexo masculino e 44% (183) do sexo feminino (Nascimento, 2011). O estudo demográfico aqui apresentado refere-se a essa população.

Mapa 1: Localização geográfica da RDSA



Mapa 2: Localização geográfica da área focal RDSA



Fonte: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM

2.- Modo de vida, e formas de participação dos jovens nas atividades sociais e econômicas

O camponês foi definido por Mendras (1978) como aquele que trabalha a terra para nutrir-se e nutrir a família, que tem uma importância estrutural na organização da vida social e econômica da coletividade. Observou ainda que há uma autonomia relativa das coletividades camponesas frente a uma sociedade envolvente que as domina, mas tolera as suas originalidades. Apresentam também características de relações internas de interconhecimento e de relações débeis com as coletividades circunvizinhas e um sistema econômico de autarquia relativa, que não distingue consumo e produção e que tem relações com a economia envolvente.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a racionalidade camponesa está orientada por modo de vida próprio com características e valores singulares, mas que mantém relações sociais e econômicas com a sociedade envolvente. Essa teoria também é defendida por Eric Wolf (1976) ao afirmar que o camponês existe dentro de um sistema maior, logo suas estratégias produtivas acabam sendo adaptadas em função das características das sociedades com que se relacionam.

Com base nesses pressupostos teóricos pode-se afirmar que as famílias ribeirinhas que fazem parte deste estudo apresentam características das organizações camponesas, ou seja, a organização do trabalho é estruturalmente familiar, e possuem o controle dos seus meios de produção, onde predomina uma racionalidade de minimização dos riscos e aversão a penosidade. As famílias ribeirinhas apresentam uma relação estreita com o ambiente em que vivem e desempenham uma multiplicidade de atividades produtivas, sendo as principais a agricultura e o extrativismo.

De acordo com estudo de Nascimento, Moura e Correa (2013) com base em dados auferidos em três comunidades na RDSA nos anos de 2003/2004, os rendimentos familiares provêm de três fontes principais: a) a primeira oriunda dos ganhos com a produção combinada (57%), entre, agricultura (36%), pesca (18%), artesanato (2%), extrativismo (2%), criação de pequenos animais (0,4%) e caça (0,04%), característica marcante dessa população; b) segunda dos ganhos com salários e prestação de serviços (27%); c) e a terceira através dos Programas de benefícios sociais do governo federal (16%), como pensões, aposentadorias e programas de redistribuição de renda.

Desta forma, os padrões de produção econômica são mais voltados para o consumo próprio do que para demanda externa, ou seja, para a garantia da reprodução e subsistência do grupo do que para o mercado. A zona ecológica da região também interfere diretamente nas atividades produtivas e no

padrão de produção das famílias, 65% das localidades da RDSA estão localizadas em áreas de terra-firme e possuem a agricultura como a principal atividade produtiva, 30% estão situadas em áreas de várzea e possuem a pesca como atividade principal, e 5% das localidades utilizam os dois ambientes para desenvolverem suas atividades produtivas.

A localidade de Boa Esperança, que tem a maior população da RDSA, está situada em terra-firme e no período de 2003/2004, 59% da sua renda foi oriunda da agricultura, e a localidade de São Paulo do Coraci, situada em áreas de várzea, obteve 47% da sua renda oriunda da pesca (Nascimento *et al*, 2013).

Desde muito cedo, por volta dos oito anos de idade, os jovens participam de todas as etapas das atividades produtivas, os filhos acompanham seus pais nas atividades diárias que garantem a manutenção da família, pois a reprodução social do grupo depende da manutenção e transmissão do conhecimento e das normas por gerações. Desta forma, é muito comum ver nessas localidades rurais, famílias inteiras trabalhando no roçado, onde cada membro possui uma função distribuída de acordo com o sexo e a idade. Nas faixas etárias de 15 a 19 anos, os jovens já possuem muitas habilidades produtivas, na agricultura, na pesca, na extração da madeira e em pouco tempo (aproximadamente nos próximos três anos) iniciam suas próprias famílias, assegurando com seu trabalho a manutenção do grupo.

Entretanto, não é difícil encontrar dentre os jovens os que sonham em morar na cidade ou em ter uma vida diferente. Muitos consideram muito árduo o trabalho na roça, e mencionam que vivem sempre no limite da manutenção diária do grupo, através de trabalhos que sempre exigem muito esforço físico. De acordo com Ruzany *et al* (2012) nessas organizações geralmente a força de trabalho dos filhos homens está diretamente relacionada ao volume de produção econômica e da renda doméstica.

3- Metodologia do estudo

Este estudo apresenta dados sociodemográficos da população de 15 a 24 anos de 54 localidades da RDSA no ano de 2006 e 2011, área focal (mapa 2). São três setores, Amanã, Coraci e São José, tanto em 2006 quanto em 2011 que fazem parte da Reserva e foram disponibilizados através do censo demográfico feito pelo Instituto de Desenvolvimento Mamirauá nos dois anos comparados neste estudo.

O estudo toma por base análise de documentação direta do banco de dados relativos ao censo demográfico do período de 2006 e de 2011. As principais variáveis utilizadas para o estudo sociodemográfico foram: composição por sexo e idade, nível de escolaridade, religião, composição familiar, obtenção de documentos civis. Os instrumentos de coleta foram os mesmos para nos anos 2006 e 2011, o que assegura uma boa base para a análise comparativa.

A faixa etária definida referente aos jovens foi tomando por base os critérios da Organização Mundial de Saúde (OMS) que considera jovem aquele que se encontra na faixa de 15 a 24 anos.

O nível de escolaridade foi mensurado tomando por base a capacidade de leitura de um grupo amostral. Durante a coleta dos dados foi aplicado um teste de leitura de frases sorteadas aleatoriamente entre os membros do grupo familiar. As respostas foram categorizadas da seguinte forma: sabe ler bem, sabe ler com dificuldade e não sabe ler.

Os dados são apresentados de forma descritiva, com o objetivo principal de identificar as características sociodemográficas dessa população específica. A coleta dos dados tomou por base a unidade domiciliar, ou seja, os jovens foram localizados em seus lugares de moradia.

Os dados apresentados neste artigo referem-se à distribuição por sexo e idade, capacidade de leitura desses jovens, características do seu grupo doméstico, opção religiosa e a obtenção de documentos civis. Os dados são apresentados de forma comparativa em relação aos anos de 2006 e 2011.

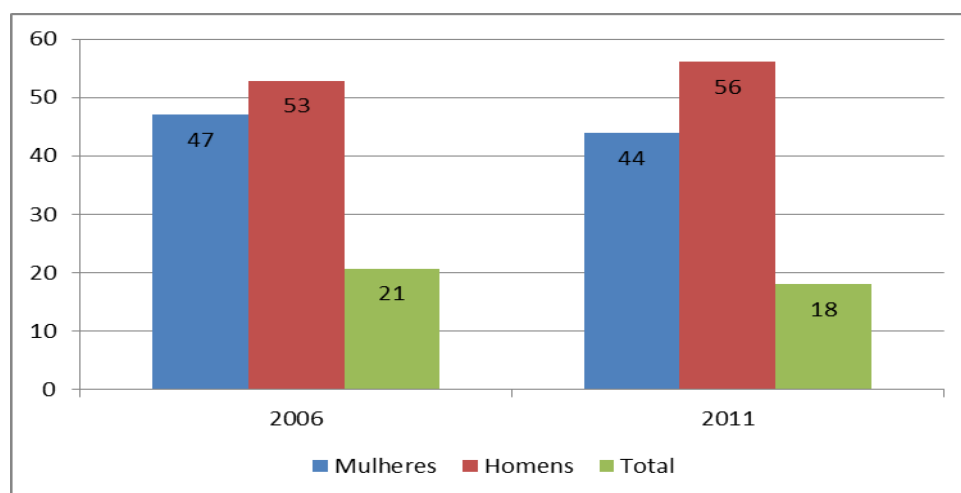
4- Características sociodemográficas 2006-2011

4.1 Distribuição por idade e sexo

Em 2006, moravam nesta área 2.504 pessoas dentre elas 516 (21%) na faixa de 15 a 24 anos sendo estes 53% homens (273) e mulheres 47% (243). Em 2011, nesta mesma área a população era de 2.354 pessoas, sendo que a população jovem corresponde a 417 (18%) pessoas, sendo 56% (234) são do sexo masculino e 44% (183) do sexo feminino. Ocorreu, portanto, neste período, uma redução da população geral de 6 % e de jovens correspondendo a uma redução de 19%.

O gráfico 1, apresenta a população de moradores jovens de 15 a 24 anos da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, comparando os anos de 2006 e 2011. Observa-se que, nesse período, ocorreu um aumento de 3 p.p¹ na população jovem masculina e uma redução de 3 p.p correspondente à população feminina.

Gráfico 1 - Percentual do total da população jovens da RDSA, ano de 2006 (N=516) e 2011 (N=417)

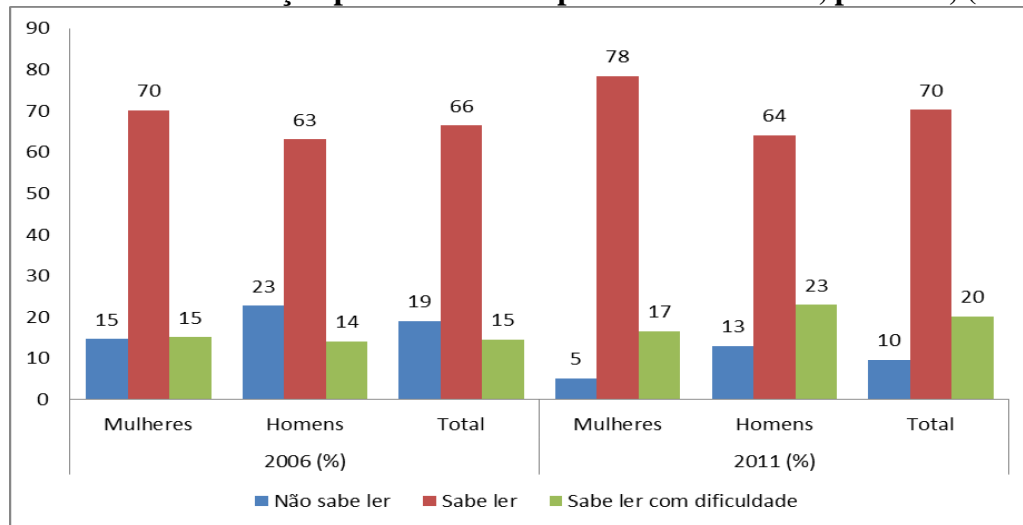


4.2 - Escolaridade 2006-2011

Com relação à escolaridade, os dados apresentados no gráfico 2 relacionam as condições da população em relação à sua capacidade de ler um texto pequeno. Observa-se que houve um ligeiro aumento no total de jovens que sabem ler no período de 2006 a 2011, sendo que do total de jovens neste último ano 30% ainda não sabem ler ou lêem com dificuldade. Os dados ressaltam que a população feminina está em melhores condições de escolaridade do que a população masculina, tanto em 2006 quanto em 2011. Em 2011, a proporção de mulheres supera em 14 p.p a proporção masculina no conjunto daqueles que sabem ler.

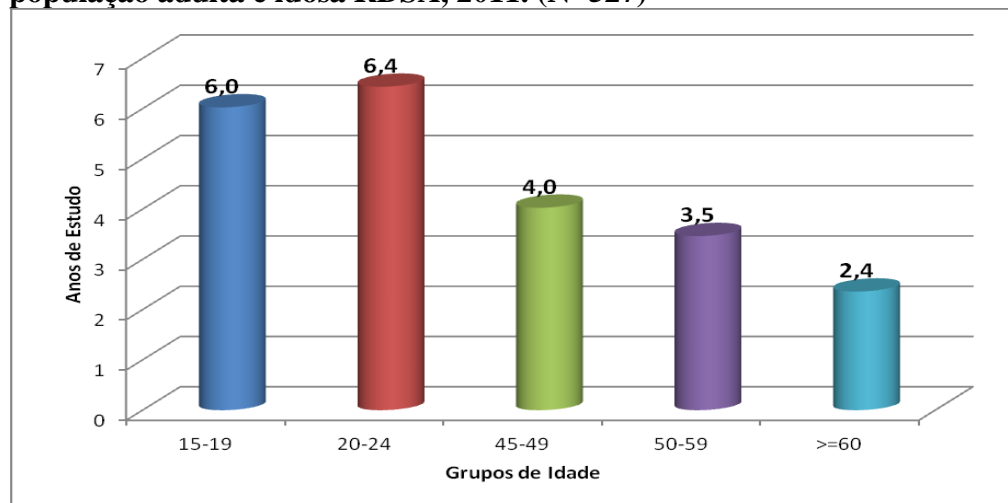
¹ Pontos percentuais

Gráfico 2- Distribuição percentual de capacidade de leitura, por sexo, (N=506) e 2011 (N=366)



O gráfico 3 abaixo apresenta a distribuição do número médio de anos de estudo da população na faixa de 15-24 anos em relação a população de 45 anos a mais, provavelmente seus pais e avós. Os dados revelam que os jovens estão tendo mais acesso à escolaridade do que tiveram seus pais e seus avós, numa proporção que chega a 3 vezes mais anos de estudo na faixa de 20-24 anos em relação aqueles que tem mais de 60 anos de idade. Estes dados revelam uma mudança nas condições de acesso à escolarização, sendo que ainda se apresentam em proporção abaixo de 50% do esperado, uma vez que para uma população na faixa de 20-24 anos de idade o número de anos de estudo deveria superar 14 anos.

Gráfico 3. Número médio de anos de estudo da população jovem em comparação com a população adulta e idosa RDSA, 2011. (N=527)



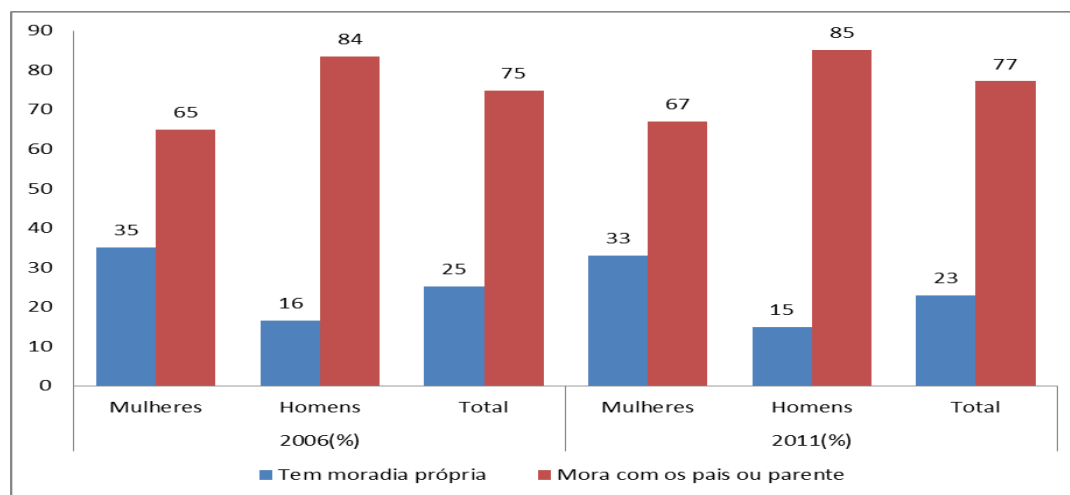
4.3 – Condições de moradia

Nas organizações camponesas, em geral, as famílias se compõem ainda na faixa de idade considerada jovem. Estudos feitos sobre as populações da Reserva Mamirauá identificaram que as mulheres iniciam sua vida conjugal aos 16 anos em média, e os homens, aos 20 anos (Moura, 2007). Geralmente o início da vida em comum do jovem casal é precedido da colocação da sua primeira roça, o que é a

condição necessária de garantia da alimentação do grupo. É comum a primeira gestação anteceder a vida em comum do jovem casal. A saída da casa dos pais para constituir seu grupo doméstico acontece na medida em que o casal já assegurou, pelo seu trabalho conjunto, a posse da terra para o cultivo agrícola. Essa saída de casa não significa o rompimento completo dos laços de trabalho familiar com seus pais, principalmente do homem.

No conjunto dos dados coletados foi possível agrupar as informações nas categorias “tem moradia própria” (jovens esposas (os) e chefes) ou “mora com os pais ou parentes” (jovens filhos, netos, irmãos, entre outros). A partir disso, observou-se pouca mudança nos dados de 2006 em relação a 2011. Em ambos os casos, mais de 70% dos jovens ainda moravam na casa dos pais ou algum parente.

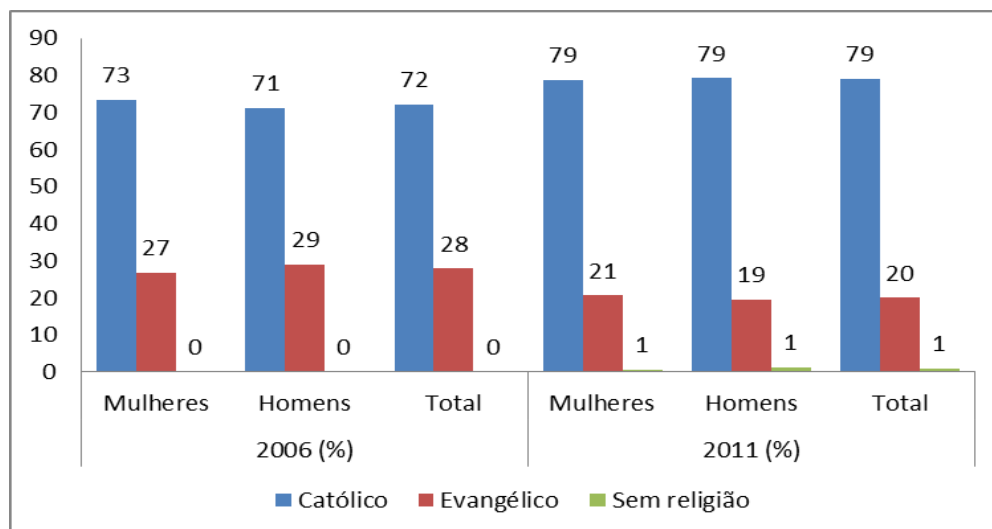
Gráfico 4 - Distribuição percentual de moradores jovens da RDSA segundo a autonomia do jovem morador, 2006 (N=515) e 2011 (N=416)



4.4 – Opção religiosa

O gráfico 5 apresenta dados relativos à preferência religiosa dos jovens relativos aos anos de 2006 e 2011. Há predominância de católicos nos dois períodos, 72% em 2006 e 79% em 2011. Não há diferença significativa entre os sexos quanto às preferências religiosas. É possível destacar a presença da categoria “sem religião” declarada apenas no ano de 2011, correspondendo a 1% dos entrevistados.

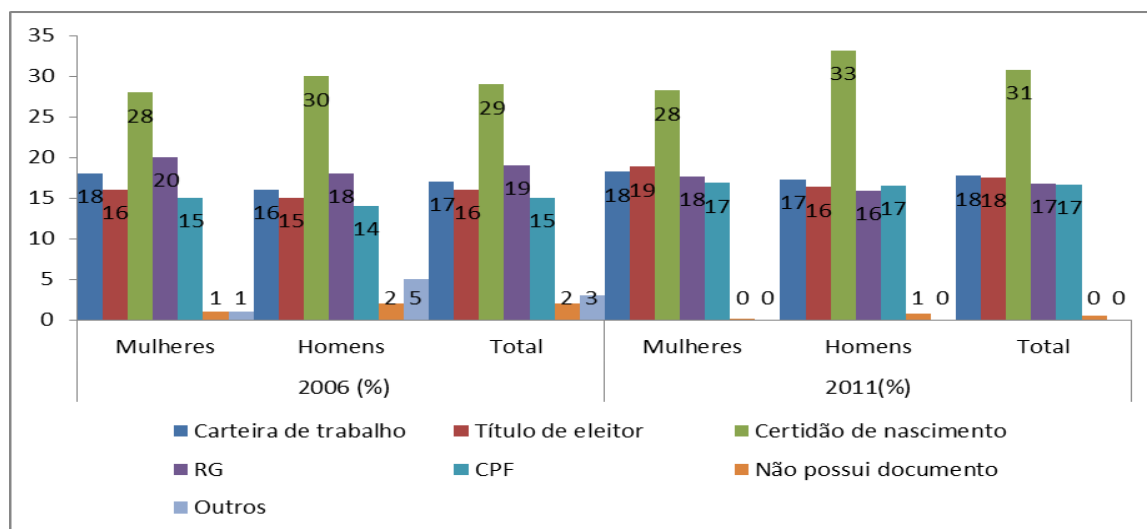
Gráfico 5 - Distribuição percentual de moradores jovens da RDSA, por opção religiosa e sexo, 2006 (N=488) e 2011 (N=400)



4.5 – Documentação civil

Dentre os documentos civis destaca-se, proporcionalmente, a Certidão de A obtenção dos documentos como Título de eleitor, Carteira de trabalho e Certidão de Nascimento continuam mais frequente entre os jovens de 15 a 24 anos. Apesar do baixo percentual registrado em 2006 da categoria “não possui nenhum documento” este fica menor em 2011 nos levando a constatar que é cada vez mais difícil um jovem não ter documento nenhum. Os documentos tidos como “outros”, são: carteira de reservista, certidão de casamento, não sabe informar e sindicato dos trabalhadores rurais, possui uma baixa frequência entre os jovens, mas é importante destacar porque foram citados como tidos. Os documentos possibilitam a esses jovens o maior acesso e participação na vida civil.

Gráfico 6 - Distribuição percentual de documentos pessoais de moradores jovens da RDSA, por sexo, 2006 (N=1411) e 2011(N=1247)



4.6 – Comportamento migratório

Na tabela 1 abaixo estão discriminados os dados referentes aos jovens que deixaram de morar em sua localidade no ano anterior ao ano da pesquisa, por idade, por sexo e por local de destino. Do total de 23 jovens que saíram, a maioria foi homens (65%) e na faixa de 20 a 24 anos. O destino foi prioritariamente as áreas urbanas (69%).

Tabela 1. Jovens que deixaram de morar na sua localidade no ano anterior à pesquisa, por idade, sexo e local de destino, 2011

Saíram da Comunidade	Mulheres		Homens		Total
	15-19	20-24	15-19	20-24	
Para outra localidade rural	1	0	2	4	7
Para áreas urbanas	6	1	3	6	16
Total	7	1	5	10	23

Fonte: Censo Demográfico IDSM.2011.

5- Os Jovens e as novas possibilidades

Os jovens apresentados neste breve estudo sociodemográfico viveram grande parte das suas vidas como sujeitos sociais de uma unidade de conservação ambiental que foi criada com o propósito de assegurar a proteção à conservação da biodiversidade com investimentos em manejo adequado dos recursos naturais como também em melhoria na condição de vida da população, há 15 anos. Os estudos realizados sobre as condições estruturais de acesso dos moradores da RDSA aos serviços de educação, saúde e de bens que proporcionem melhores condições de vida revelam intermitência no atendimento à população e grande fragilidade institucional. As localidades ainda não dispõem de serviços de energia elétrica de uso continuado, nem sistemas de saneamento e tratamento de água, e ainda desenvolvem atividades produtivas com uso de tecnologias de menor intensidade em uso de energia física. De uma forma geral, a este respeito, pode-se dizer que os jovens moradores desses lugares vivenciam situações que pouco mudaram em relação às situações vivenciadas por seus pais e avós.

No entanto, duas situações podem ser destacadas. O fato desses jovens morarem em uma unidade de conservação que está em vias de regularização da posse da terra às famílias que tradicionalmente ocupam esses lugares, aporta uma dimensão marcante para o seu futuro. A proteção legal assegurada a essas populações contribuiu para maior proteção dos recursos naturais o que deu a essas populações maior oferta de pescado e de proteção de suas atividades agrícolas. Outro fato refere-se ao aumento na oferta de acesso à escolarização, muito embora ainda de forma precária, que já contribuiu com o aumento de número de anos estudados pela população jovem em relação aos seus pais e avós, como demonstrado neste estudo. Este fato assina uma importante mudança em curso.

Com relação ao maior acesso à escolaridade para essa população jovem é preciso destacar a importância específica que esta tem para moradores de ambientes rurais. A educação no campo, segundo pesquisa realizada por Lucimária Martins Rocha em um caso específico de um assentamento no Estado do Espírito Santo afirma que “é preciso ter: relação teoria e prática; combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação; a realidade com base na produção de conhecimento; conteúdos formativos socialmente úteis; educação para o trabalho e pelo trabalho; vínculo orgânico entre processos educativos/processos políticos” (ROCHA, 2010).

Segundo Rocha (2010), os educandos devem acompanhar e participar das transformações tecnológicas que vêm ocorrendo, tendo assim um padrão de qualidade humana, técnica e política, respeitando assim a diversidade local, social e cultural, sendo os educandos sujeitos, histórico, cultural, social e ético do processo educativo, em constante processo de evolução. (Rocha, 2010)

Outro fato importante à considerar é a crescente intensificação de contatos das populações rurais com os contextos urbanizados mais próximos assim como pelas vias da comunicação digitalizada. Essa intensidade deve-se ao fato de que maior número de famílias, com o aumento da renda familiar, seja pelas vias das melhores ofertas no mercado dos produtos manejados, seja pela ampliação dos beneficiados com programas de transferência de renda, pode adquirir motores de popa (chamados de rabela) com maior potência, dando maior autonomia de deslocamento dos jovens a outras localidades rurais e urbanas. Também, em grande parte dos domicílios rurais, embora sem acesso continuado a energia elétrica, muitos jovens fazem uso de telefones celulares.

Pode-se afirmar que não existe isolamento dos jovens rurais, mesmo aqueles que moram em pequenos agrupamentos populacionais no interior da floresta amazônica estão conectados nas modernas relações globalizadas. Para estes jovens, no entanto, as maiores expectativas parecem ser assegurar seus direitos de permanecerem em seus lugares, com direitos também assegurados de trabalho com menor esforço físico, aumento dos níveis de escolaridade e melhores condições de conforto e bem estar.

Referência Bibliográfica

- ALENCAR, E. F. (2010) Dinâmica territorial e mobilidade geográfica no processo de ocupação humana. UAKARI, v.6, n.1, p.39-58, jun. www.uakari.org.br/index.php/UAKARI/article/viewFile/73/84
- BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E.G. (orgs.). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Editora Mauad X. p. 35 - 51.
- ETCHEVERRY, D. (2007). Identidade não é documento: Narrativas de ruptura e continuidade nas migrações contemporâneas. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: Instituto De Filosofia E Ciências Humanas Programa De Pós-Graduação em Antropologia Social Universidade Federal do Rio Grande Do Sul.
- FORTES, M. 2011. O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico. Série Tradução Vol. 01, Brasília: DAN/UnB.
- IPEA. Estado de uma Nação: Juventude no Brasil. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/conjuve/documentos/brasil-2013-estado-de-uma-nacao>>. Data de acesso 30 de julho de 2013
- MENDRAS, Henri. (1978) Sociedades camponesas. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Nascimento, Ana Claudeise; Moura, Edila e Correa, Dávila Suelen. Estudos sociodemográficos das populações da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã. IDSM (impresso), 2013
- ROCHA, L.M. et. al. (2010) Educação do campo: mediadora da identidade camponesa. In: 4º encontro da rede de estudos rurais.
- RUZANY, Maria Helena ; MOURA, Edila A F. e MEIRELES, Zilah V. Adolescentes e Jovens de populações ribeirinhas na Amazônia- Brasil. Rio de Janeiro: Visão Social, 2012.
- WANDERLEY, M. N. B. (2007) Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E.G. (orgs.). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Editora Mauad X. p. 21 - 33.
- WANDERLEY. M.N.B. 2009. O Mundo Rural como um Espaço de Vida: reflexão sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2009. P.137–154.

WOLF, Eric R. (1970) *Sociedades camponesas*. Zahar, editores: Rio de Janeiro.